

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 15 de agosto de 2023 - Ata n.º 72.

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Marcel Micheletto**, secretariado pelas Sr.ªs Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.º Secretário) e **Cloara Pinheiro** (na função de 2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **72.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos nossos trabalhos. Convido a Sr.ª 2.ª Secretária Cloara a proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Cloara Pinheiro - PSD): (Procedeu à leitura da Ata da 71.ª Sessão Ordinária, de 14 de agosto de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo discussão, **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ªs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 2280/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da

Educação a Requerimento do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 1583/2023** do Ministério da Justiça e Segurança Pública, comunicando a liberação de recursos referentes a convênio de “Fomento da Assistência Jurídica às Pessoas Privadas de Liberdade pelas Defensorias Públicas” junto ao Órgão Estadual.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente Marcel Micheletto, Sr.^a 2.^a Secretária, Deputada Cloara, Sr. 1.^o Secretário desta Sessão, Deputado Marcio Pacheco, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados e telespectadores da TV da Assembleia Legislativa, venho a esta tribuna porque entendo que é minha função aqui ser a voz das pessoas que me elegem. Esta é a grande diferença, inclusive, entre o sistema majoritário e o sistema proporcional. No sistema majoritário, elege-se o Presidente da República, os Governadores dos estados e os Prefeitos dos municípios, e um Governador, um Presidente da República, um Prefeito, embora muitos não tenham percebido isso, são Presidente, Governadores e Prefeitos de todos os cidadãos. Já no sistema proporcional, o Deputado Federal, o Deputado Estadual, o Vereador são representantes dos seus eleitores, de quem os elege, de quem vota neles. E os meus eleitores estão insatisfeitos com o que eles chamam de indústria das multas em Curitiba. Esse problema não vem de hoje. Lembro-me que lá quando o ex-Prefeito Cássio Taniguchi, que por sinal fez uma bela administração, era o responsável pelo município, começaram a instalação de radares eletrônicos, e eu era Vereador e fiz uma lei estabelecendo que os radares não poderiam ser arapucas, não poderiam ser pegadinhas. Os radares precisavam ser sinalizados, inclusive tendo o piso, o asfalto elevado trepidante, para que o motorista soubesse que logo à frente existiria um radar. Radar escondido não previne acidentes, radar escondido causa acidentes, porque o motorista anda olhando para cima procurando para ver onde está o radar, e pode acabar batendo o carro, e isso acontece principalmente com pessoas mais idosas. Sou a favor de termos regras rigorosas no trânsito. O trânsito mata e mata

muito, mas a grande maioria dos acidentes de trânsito no Brasil é provocada por jovens que ainda são inexperientes ou por pessoas que abusam e dirigem em altíssima velocidade, a 140, a 150 por hora, ou por pessoas que consomem bebida alcoólica em excesso e saem dirigindo. Entendo que é gravíssimo quando alguém consome a bebida alcoólica e sai dirigindo em alta velocidade, porque essa pessoa está assumindo o risco de matar alguém. E é por isso que hoje esse tipo de acidente de trânsito já não é caracterizado mais como homicídio culposo, porque o que caracteriza um homicídio culposo é a negligência, a imperícia ou a imprudência, ou seja, a pessoa teve culpa, mas não teve a intenção, a vontade de matar. Já no homicídio doloso é quando a pessoa mata alguém por sua livre e espontânea vontade. Hoje, o crime de trânsito cometido pela pessoa que está embriagada dirigindo em alta velocidade se encaixa em uma nova tipificação penal chamada dolo eventual, ou seja, quando ela saiu de casa, foi a um baile, a uma casa noturna, a um bar com o carro, e sabia que ia beber, e não deixou esse carro lá no local, saiu dirigindo ao invés de pedir... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Ney Leprevost, V.Ex.^a tem mais um minuto para concluir.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): E já emendo com o Horário da Liderança, Presidente Marcel Micheletto. Ficam 11 minutos, portanto. Obrigado, Presidente. Quando a pessoa vai a uma casa noturna, a um bar, e vai de carro, e resolve sair de carro embriagada, está assumindo o risco de cometer um acidente. Então, a punição para o motorista que dirige embriagado, em alta velocidade, ela tem que existir, sim, e tem que ser bastante rigorosa, porque muitas vidas preciosas são desperdiçadas no nosso País devido a isso. Agora, o que está acontecendo não só aqui em Curitiba, mas em outras grandes cidades do Brasil é lamentável. Os governantes estão se aproveitando, Sr. Presidente, da necessidade de manter o trânsito tranquilo e seguro para transformar algo que deveria ser de prevenção em uma nova modalidade arrecadatória para o município. A cidade de Curitiba tem a previsão de arrecadar até o final deste ano, de forma bruta, cerca de R\$ 11 bilhões, um pouco mais, e para o ano que vem a previsão de arrecadação de Curitiba é de R\$ 12 bilhões. Doze bilhões de reais!

Mas, não satisfeitos com essa arrecadação, o Prefeito e seu Vice estão com uma indústria da multa armada aqui em Curitiba. Vejamos: se em uma mesma via, onde a rua tem as mesmas características, a mesma inclinação, você tem locais onde a placa estabelece 30 km/h, um pouquinho mais à frente são permitidos 40 km/h de velocidade, aí volta a 30, vão para 50... Se o objetivo disso não é confundir os motoristas, não sei qual é! Não compreendo. Parece-me óbvio que há uma intenção deliberada de confundir os motoristas. E isso já está me preocupando, porque tem gente colocando nas redes sociais, algo que me deixa profundamente triste, porque queremos cada vez mais turistas aqui em Curitiba, para movimentar o comércio, para dar emprego para as pessoas que trabalham na hotelaria, nas lojas, nos táxis, nos aplicativos de transportes, mas já estão colocando nas redes sociais: *Visite Curitiba e leve uma multa*. Não é essa a fama que quero...

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Deputado Ney, o senhor me daria um aparte?

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Na sequência lhe concedo um aparte com muito prazer, Deputado Tito Barichello. Não é essa a fama que quero para a cidade que amo, para a cidade onde nasci, cidade onde crio meu filho Pedro. Visite Curitiba e leve uma multa? Isso vai atrair turistas para cá ou vai espantar turistas de Curitiba? Turismo gera renda, gera arrecadação para gastar em saúde, melhorar unidades de saúde, creches, para a pavimentação asfáltica, para investir nas escolas. Então, a Prefeitura precisa rever essa questão, no mínimo fazendo uma uniformização da velocidade dos radares, aferida pelos radares, e precisa cumprir a lei que é da época do Prefeito Cássio Taniguchi, lei de minha autoria – asfalto elevado trepidante antecedendo cada um dos radares, que dê tempo de o motorista diminuir a velocidade. Porque já sei de casos, Deputado Tito Barichello, de pessoas que bateram o carro atrás de outros carros porque foram surpreendidas pela placa de radar, olharam para cima, distraíram-se e bateram no carro da frente. Vão ali na Decathlon que tem perto do Parque Barigui, saiam dali pela direita, em direção à Universidade Tuiuti, e vocês vão ver a confusão propositada de uma velocidade pintada no chão e outra em cima diferente. Há

uma intenção deliberada de confundir os motoristas para aumentar a arrecadação. Bom, nós Deputados, Tito, não temos poder de proibir radares e nem é essa a minha intenção. Acho que devem existir instrumentos de fiscalização de velocidade, mas prefiro as lombadas eletrônicas, entendo que são modos mais honestos de aferir a velocidade. Prefiro lombadas eletrônicas. Mas, em não podendo tomar medidas para limitar o número de radares e sabendo que de fato existem também motoristas que são irresponsáveis e que são infratores, quero pelo menos que se dê transparência, transparência para maneira que é utilizada de aferirem a velocidade. Por isso, protocolei aqui um Projeto de Lei estabelecendo que os municípios do Paraná que utilizam o sistema de radares eletrônicos para monitoramento de velocidade em suas vias públicas, com aplicação de multa, terão que obrigatoriamente publicar nos seus portais da transparência as seguintes informações, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados: “O valor mensal dos recursos arrecadados com as multas.” Quanto a Prefeitura está arrecadando com as multas, Deputada Cloara? Não faço ideia. Sou um contribuinte, sou um cidadão curitibano e tenho o direito de saber, como o cidadão de Cascavel tem o direito de saber, o cidadão de Ponta Grossa, de São José dos Pinhais tem o direito de saber. “O destino dos recursos arrecadados com a aplicação de multas do sistema de radares eletrônicos.” Esse dinheiro que a Prefeitura arrecada com os radares vai para onde? É investido no serviço de traumatologia? É investido nos prontos-socorros? É investido na prevenção de acidentes? Ou é gasto em coisas supérfluas? A população tem o direito de saber. “Os dados da empresa que opera o referido sistema de radares.” Quem é a empresa que opera os radares em Curitiba? Quem é o dono dessa empresa? Qual é o histórico dessa empresa? Quanto ela ganha? Qual é a ligação dela com o Prefeito, com o Vice-Prefeito, com os Secretários Municipais, com os Vereadores? Não faço a mínima ideia de quem é o dono da empresa de radares de Curitiba. “O valor do contrato com a empresa operadora do sistema de radares eletrônicos.” Quanto é que a Prefeitura está pagando? Isso aí a empresa recebe um percentual por multa aplicada? Se receber é um absurdo, porque aí é interesse dela aplicar o maior número possível de multas. Ou a Prefeitura paga um

valor fixo? O povo tem o direito de saber. E o nosso Projeto de Lei também estabelece que seja publicado nos portais de transparência dos municípios um gráfico semestral demonstrando a efetividade do sistema de radares eletrônicos na redução dos acidentes. Quero saber lá na Cândido Hartmann, quero saber em cada via pública desta cidade se, depois que colocaram os radares, diminuiu mesmo o número de acidentes, ou se ele permaneceu igual ou até aumentou. Portanto, para que não fique nenhuma dúvida, não sei o tempo que tenho, não estou conseguindo detectar no visor, mas, para que não fique nenhuma dúvida, o que estou pedindo é segurança no trânsito, punição sim de motoristas irresponsáveis, mas sem radares pegadinhas, sem indústria das multas e com transparência. O contribuinte tem o direito de saber para onde vai o recurso da Prefeitura Municipal, e a Prefeitura não só de Curitiba mas as de todo o Paraná têm o dever... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Para finalizar, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Por isso apresentei este Projeto de Lei. Concedo o minuto que tenho para o Deputado Tito Barichello.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Quero parabenizá-lo pelo trabalho em prol da coletividade, demonstrando sapiência e conhecimento da realidade fática que vivenciamos em Curitiba. Diversos amigos meus motociclistas, quando vêm para cá, usam um termo pejorativo para Curitiba, que é a *Capital da Arapuca*. Não podemos ter essa pecha, porque aqui existem instrumentos de captação de valor econômico, quando teriam por finalidade precípua a prevenção e na prática o objetivo é a arrecadação. Parabéns pela sua luta. O senhor honra o trabalho que faz nesta Casa. Muito obrigado.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Eu que agradeço, Deputado Tito Barichello. Agradeço a atenção das Sr.^{as} Deputadas e dos Sr.^s Deputados. Obrigado, Presidente Marcel.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Antes do próximo orador, quero aqui agradecer a presença do Presidente da Câmara de Cascavel, Alécio

Espínola, acompanhado do Procurador Jurídico da Câmara, Anderson Carvalho, por solicitação do nosso Deputado Marcio Pacheco. Uma saudação de nós oestinos por ter a Presidência aqui da Câmara de Vereadores de Cascavel. Saudar aqui também o Vereador de Ponta Grossa, Sr. Léo Farmacêutico, a pedido da nossa também Deputada Cantora Mara Lima. Fazer uma saudação também especial ao Prefeito de Rio Negro, Sr. James Valério, do Secretário de Agricultura, Sr. Geraldo Veiga, e do servidor municipal, Sr. Luciano Vieira, a pedido do nosso Deputado Ricardo Arruda. Saudar aqui também a visita dos alunos do 9.º ano do ensino fundamental e do 1.º e 2.º anos do ensino médio do Colégio Estadual Aníbal Khury Neto. Quero aqui parabenizar a visita de todos, sejam muito bem-vindos, acompanhados pela Professora Ana Martins. (Aplausos.) Próximo orador, Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. O senhor fica muito bem sentado nessa cadeira. Cumprimento o Líder do Governo, meu amigo Hussein Bakri. Estávamos ansiosos pelo seu retorno a esta Casa Legislativa. Cumprimento o Líder da Oposição; cumprimento os jornalistas; cumprimento aqueles que nos assistem hoje; e cumprimento o cidadão de bem, honesto, que nos assiste através da *TV Assembleia Legislativa*. Senhores, utilizo a palavra hoje bastante triste, em virtude da morte de um policial militar nesta manhã, na cidade de Santa Helena. O nosso herói é o Soldado Evandro Augusto Reolon, que perdeu a vida no exercício da sua atividade profissional. Fica aqui a manifestação de tristeza. Nesta Casa precisamos auxiliar os familiares e repensar o tratamento que damos aos policiais quando perdem a vida em serviço, porque quando morre um bandido são visitados os familiares por Comissões de Direitos Humanos. Agora, o policial que dá a vida, que luta pelos interesses da sociedade, muitas vezes é olvidado. Felizmente, aqui no Paraná, temos uma polícia séria. Temos uma polícia que trabalha e que produz. O resultado disso é o que foi publicado no anuário da justiça, que chegou as nossas mãos neste mês, onde consta que o índice de letalidade policial aqui no Estado do Paraná aumentou. Do ano de 2021 tivemos 218 bandidos mortos em confronto

com a polícia. Felizmente, senhores, felizmente, Sr. Renato Freitas, que não se encontra presente, este número aumentou para 266. Mais cidadãos estarão protegidos, porque mais bandidos criminosos, estupradores, perderam a vida em confronto com policiais honestos. Utilizo a palavra também, senhores, para mencionar a respeito de uma audiência pública que tivemos na data de ontem, nesta Casa, quando as cadeiras estiveram tomadas por cidadãos de bem, cidadãos honestos, que estavam clamando ajuda dos nossos deputados em relação a um decreto desarmamentista publicado pelo Sr. Presidente da República, de autoria do Ministro Flávio Dino. Digo que eram pessoas honestas e trabalhadoras, porque eram CACs e para ser CAC não pode ter antecedentes criminais, não pode ter boletins de ocorrência. Para ser CAC é preciso ter domicílio fixo e trabalho. Então, pessoas honestas estavam ali reunidas, preocupadas com a supressão dos seus direitos de possuir uma arma de fogo. Este decreto do Sr. Presidente da República, infelizmente, é totalmente ilegal e imoral. Por quê? Porque fecha, Deputado Romanelli, todos os clubes de tiro de Curitiba. Vou repetir: este decreto fecha todos os clubes de tiro de Curitiba e de todas as capitais, porque todos os clubes de tiro estão a menos de mil metros de escolas. Ora, senhores, qual o problema de ter um clube de tiro a menos de mil metros de escolas? Não são pessoas alcoolizadas, não tem briga, são pessoas honestas. Precisamos apoiar os PDLs – Projetos de Decreto Legislativo que tramitam no Congresso Nacional, inclusive estarei em Brasília, nos próximos dias, conversando com os nossos deputados federais. Cobro dos nossos senadores, Senador Oriovisto, Senador Flávio Arns e Senador Sérgio Moro, que se posicionem a respeito de tal situação. A sociedade clama pela ajuda de V.Ex.^{as}. Mais do que nunca representando o Estado do Paraná, Sr.^s Senadores, façam a sua parte, porque as informações que temos é que na Câmara Federal temos maioria para conseguir levar adiante o PDL, mas não temos essa maioria no Senado Federal. Então, precisamos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Tito, mais um minuto para concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Vou usar, Sr. Presidente, o horário do Grande Expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Do Grande Expediente. Está bom, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Vou usar o horário do Grande Expediente. Precisamos mais do que nunca a união, porque o decreto prevê a impossibilidade do cidadão de bem e honesto comprar uma arma calibre nove milímetros, ou seja, colocou-se nove milímetros como de uso restrito. Quando na realidade deveria ser um calibre de uso permitido, porque não tem diferença significativa em relação aos joules no tocante ao calibre 380, demonstrando a falta de conhecimento com a realidade fática. Estamos profundamente preocupados com a indústria da produção de armas do país. Estamos profundamente preocupados com os clubes de tiro. Estamos profundamente preocupados com as lojas. Precisamos do apoio desta Assembleia Legislativa. Na data de ontem, o Deputado Ricardo Arruda esteve presente, o Deputado Tiago Amaral. Recebi várias mensagens no *WhatsApp* de diversos deputados que não puderam estar presentes, mas que apoiam no todo as medidas que tomaremos a partir desta audiência pública. Inclusive, vamos pedir pauta com o nosso Governador do Estado para mostrarmos o prejuízo econômico que haverá aos cofres públicos do Estado do Paraná. Dinheiro que deixará de ser utilizado em saúde, segurança e em educação, em virtude, Excelências, do cumprimento de uma promessa de campanha do Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque disse ele, Deputado do Carmo, que fecharia os clubes de tiro e abriria locais de leitura. Ora, senhores, acho que o nosso Presidente da República carece de um mínimo de conhecimento, porque não cabe a ele, como Presidente da República, decidir o que os empresários vão investir. Aqui, vivemos no capitalismo. Vivemos aqui em um local que ocorre a livre iniciativa. Quem quer montar um clube de tiro, monta. Quem quer montar uma casa de leitura, monta. Ele pode muito, mas não pode tudo. Então, este é o nosso trabalho, a partir de agora: conseguirmos apoio no Congresso Nacional para termos o número suficiente de deputados federais, para levar adiante os PDLs - Projetos de Decreto

Legislativo que tramitam e conseguirmos apoio dos nossos senadores. Fica o pedido, Sr. Senador Oriovisto, Sr. Senador Flávio Arns, Sr. Senador Sergio Moro: se posicionem a respeito. Nós, mais do que nunca, precisamos de V.Ex.^{as}. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Próximo orador, no Pequeno Expediente, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Nosso querido Deputado Marcel Michelleto que preside esta sessão, representando bem a nossa região Oeste do Paraná, uma honra sempre vê-lo aí também no comando da nossa Assembleia Legislativa. Reforçar os cumprimentos ao nosso querido conterrâneo, Presidente da Câmara de Cascavel, o Alécio Espínola, que está acompanhado aí da assessoria, e também do Procurador Jurídico da Câmara de Cascavel, o Anderson Carvalho. Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero aproveitar de uma pauta que me traz nesta tarde, Deputada Cloara, para fazer uma abordagem sobre o que acontece quando da execução de obras em todo o Brasil, Deputado Hussein, nosso líder, querido líder do Governo, que é uma alegria vê-lo bem, graças a Deus, depois dessa cirurgia. Acho interessante que as empresas, quando elas ganham um processo licitatório, Deputada Mabel Canto, elas dizem assim: *Nós vamos concluir essa obra até tal data*. Mas, infelizmente, é uma informação que normalmente, normalmente não se cumpre. Então, por exemplo, vou falar de uma obra que está acontecendo lá em Cascavel, que é uma obra de aproximadamente seis quilômetros de duplicação, desde o Posto da Polícia Rodoviária Federal até - era para ser até o Trevo São João -, vai ser ali perto do terminal da Ferroeste, um trecho de seis quilômetros. Começou a obra em julho de 2021 aproximadamente, e a proposta da empresa entregar a obra era até setembro de 2022. Já estamos indo para setembro de 2023, simplesmente mais do que o dobro que o prazo estabelecido inicialmente. Assim, não é o caso de fazer uma crítica, de ficar... Não, não é essa a ideia. A ideia é fazer uma ponderação sobre o porquê de criar uma expectativa na população. E todo mundo sabe que quando se faz uma obra, especialmente de mobilidade, de transporte, especialmente em uma rodovia, o transtorno que causa para a população, e daí você cria uma expectativa, só que

chega naquele prazo não concluiu, porque tem essa explicação; aí vai para outro prazo, daí não concluiu porque tem aquela explicação. Em março falaram que entregariam em agosto, e já estamos indo para o fim de agosto e a obra não vai ser entregue no mês de agosto. Então, o que eu gostaria de pedir? Essa sensibilidade da empresa. E detalhe: fiz uma cobrança bastante firme aqui quando da duplicação da BR-163, que havia uma série de trechos dessa BR que já estavam concluídos e a empresa não liberava esses trechos. Graças a Deus, graças à luta de muita gente, hoje esses trechos pelo menos estão sendo liberados. O que ocorre é que nessa duplicação há uma série de trechos que já estão plenamente concluídos, em plena condição da população poder trafegar. Então, se não pode concluir, porque parece que agora tem uma trincheira ali que vai ligar a BR-277 com a PR-180, mas que, pelo menos, libere esses trechos que já estão concluídos, já que a empresa de certa forma está em débito com o prazo que prometeu no início e não cumpriu. Então, pelo menos que antecipe e, inclusive, não atrase além de outubro, mas quem sabe possa inclusive antecipar a entrega ao menos desses trechos concluídos da 277, quem sabe, já no mês de agosto, para parar de acontecer os transtornos que acontecem no escoamento da safra, no tráfego intenso que tem na nossa BR-277. Então, que a empresa tenha essa sensibilidade que os trechos que estão plenamente concluídos que sejam liberados o mais antecipadamente possível e, claro, esperamos que até outubro, a menos que a trincheira não possa estar pronta, mas que o restante da obra esteja plenamente concluída. Era essa a reflexão, Sr. Presidente, essas considerações que eu queria fazer nesta tarde, mas já chamando essa reflexão para todas as demais empresas. Quando faz a promessa de cumprir um prazo, que cumpra o prazo. Quando atrasa, causa muito transtorno, gera frustração e gera descontentamento e tristeza para quem depende daquela obra. Obrigado, Presidente. Obrigado, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Obrigado, Deputado Marcio Pacheco. Próximo orador, nosso Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente em exercício, Marcel Micheletto; nosso 1.º Secretário, Deputado Alexandre Curi. Hoje, representando a

nossa 2.^a Secretária Maria Victoria, a nossa Deputada Cloara Pinheiro. Senhores Deputados e Sr.^{as} Deputadas. O que me traz à tribuna nesta tarde é poder falar um pouquinho de uma fala que a Deputada Ana Júlia fez na última terça-feira dizendo que, apesar de estar reconhecendo o trabalho de excelência que as Apaes fazem por todo Paraná, ela falava que as Apaes segregam os nossos alunos. Então, eu que estou há quase 20 anos no movimento das Apaes do Paraná, voluntariamente, não poderia deixar de poder fazer esse comentário. As Apaes e as coirmãs do Paraná atendem desde um recém-nascido até o nosso mais velho, que tem mais de 80 anos. Além de todo o atendimento precoce que preparamos, esses alunos que realmente precisam de um atendimento especializado, desde o seu nascimento que nós os acolhemos dentro da nossa instituição, e até na parte pedagógica. Por que as escolas especializadas fazem a diferença e fazem a diferença com especialização? Porque além de todo o atendimento que temos na área educacional pedagógica, temos um grupo técnico por trás disso, e as Apaes fazem um trabalho onde o aluno que tem qualquer dificuldade dentro de sala de aula, juntamente com o seu professor, com o nosso grupo técnico, diretora, coordenadora, fazemos estudos de caso, aluno por aluno, e junto com o nosso departamento técnico, com a nossa psicóloga, com a nossa fonoaudióloga, às vezes fisioterapeutas e outros técnicos, damos um atendimento no primeiro momento que eles precisam. E por isso preparamos verdadeiramente esse aluno para ser incluído no ensino comum, para a rede regular de ensino. Eu cito agora Arapongas. A Apae de Arapongas este ano incluiu 15 alunos no ensino regular na rede pública, e alunos preparados para poder seguir a sua vida. As Apaes e as coirmãs não fazem apenas um atendimento à pessoa com deficiência, ela prepara essa pessoa com deficiência para seguir a vida ao seu longo do percurso, porque não é apenas inclusão, não é apenas você fazer e colocar números dentro das escolas e achar que está incluindo. Nós precisamos fazer a inclusão com responsabilidade, e as Apaes e as coirmãs fazem inclusão com responsabilidade. Perguntei agora há pouco para a Deputada Mabel se ela conhecia a Apae de Ponta Grossa. Você acha, Deputada, que lá eles segregam os alunos? Tenho certeza que não. Tenho certeza que o Deputado Arilson, na Apae

de Apucarana, se ele falar para a diretora Izabel que ela está segregando os alunos dentro da sua instituição, com certeza vai ouvir muitas coisas e vai ouvir a realidade, e outros Deputados que conhecem as nossas Apaes. Por isso, venho aqui convidar os Deputados e, principalmente, a Deputada Ana Júlia, que junto com o Deputado Bazana, visitem algumas Apaes do Paraná e vejam a realidade do trabalho que é feito dentro dessas instituições, dentro de tudo aquilo que é preparado a esse ser humano tão especial, que eu digo assim, para poder seguir a sua vida. E nós fazemos isso, Deputada Cloara, com muita dedicação, com muita exclusividade, com muita competência, porque, além de toda a parte educacional, temos também a preparação para o mercado de trabalho. E aqueles que não têm condição de estar no ensino comum, voltando para a escolaridade, para que ele possa seguir a sua vida ou no mercado de trabalho ou para que eles possam realmente seguir a sua vida ali dentro da própria Apae, porque pai e mãe não são eternos e, muitas vezes, e uma grande maioria são oriundos de famílias desestruturadas, criados pela própria avó, ou pela mãe, porque o pai muitas vezes abandona essas crianças dentro de casa, e as Apaes fazem todo esse trabalho. Não é apenas pegar um aluno e colocar dentro de uma sala de aula convivendo com os demais, ditos normais, que você está fazendo inclusão social. Inclusão social se faz com responsabilidade, inclusão social se faz com conhecimento. E hoje, por exemplo, um aluno com deficiência para ser atendido por um neuropediatra na rede comum vai demorar seis meses, um ano, dois anos. Dentro da Apae tem um neuropediatra, Deputada Cloara, para atendê-lo. Quando ele precisa, tem uma psiquiatra, tem uma pediatra, e temos tudo estruturado para fazer isso. Não é que não queremos que os nossos alunos não sejam incluídos, queremos sim, e o Governo do Estado é um grande parceiro. Hoje, temos na rede pública mais de 70 mil alunos com deficiência, na rede especializada 45 mil, é um trabalho conjunto. E o Governador Ratinho Júnior, com a sua sensibilidade, tem ajudado e tem investido muito nas escolas especiais. É um conjunto de trabalho - escolas especializadas, Governo do Estado - com essa união fazendo um trabalho e respeitando a pessoa com deficiência. Então, não existe segregação... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputado Bazana, V.Ex.^a tem nosso carinho e nosso respeito, e mais um minuto para concluir.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Muito obrigado. Então, não existe segregação. Para podermos subir aqui e falar para a nossa população do Paraná precisamos conhecer de fato o trabalho que as escolas especializadas fazem, o trabalho que o Governo do Estado faz, e o investimento é muito importante para continuarmos dando dignidade à pessoa com deficiência do Paraná. E o Paraná está, por diversas vezes, sendo pesquisado pelos outros estados por esse trabalho e por esses convênios que o Governo faz. Governador Ratinho Júnior, continue ajudando as Apaes, continue ajudando as coirmãs, porque as escolas especializadas do Paraná são um sucesso, é uma referência em nível nacional. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Próximo orador, no Grande Expediente, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Marcel Micheletto, Sr.^s Deputados e Deputadas, uma boa tarde. O assunto que me traz a esta tribuna aqui hoje é para falar sobre o novo PAC - mais uma ação do Governo Federal, do Governo do Presidente Lula. O novo PAC visa injetar, nos próximos quatro anos, 1,7 trilhões na economia brasileira. Desses 1,7 trilhões, 1,3 trilhões até 2026 e o restante no ano seguinte, que é o ano próximo do término do último PPA. Aqui para o Estado do Paraná são R\$ 107 bilhões, R\$ 107,02 bilhões em diversas áreas: obras de infraestrutura em aeroportos, portos, mais obras de rodovias importantes do nosso Estado, como o Contorno Leste, da cidade de Guaíra, na BR-163, por exemplo; a construção da BR-487, a Estrada da Boiadeira, que vai de Serra dos Dourados até Cruzeiro do Oeste; também a Rodovia Transbrasiliana, na BR-153, a extensão de Imbituva até Alto do Amparo e a duplicação de Imbituva a Paulo Frontin; também a duplicação da BR-476 em União da Vitória. Ou seja, obras de infraestrutura por todo Estado. Ainda existem muitos recursos para a saúde: R\$ 6,8 bilhões para construção de novas UBS, policlínicas e ambulâncias aqui no Estado do Paraná. No campo da educação, da ciência e da tecnologia,

creches, escola em tempo integral, modernização nos institutos federais, nas universidades federais: R\$ 21,1 bilhões aqui no nosso Estado do Paraná. No campo da infraestrutura social e inclusiva, espaços de cultura, esporte e lazer: R\$ 300 milhões. No campo da inclusão digital e conectividade, internet em alta velocidade para as escolas e unidades de saúde: expansão do 5G. Uso de 4G ao longo de rodovias e regiões remotas: R\$ 2,2 bilhões. No campo de cidades sustentáveis e resilientes temos aqui construção da *Minha Casa Minha Vida*, aquisição de imóveis, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos: R\$ 5 bilhões. No Programa *Água para Todos*, revitalização de bacias hidrográficas, aumento da rede de distribuição de água: R\$ 4,5 bilhões. No campo do transporte eficiente e sustentável, investimento em rodovias, ferrovias e aeroportos: R\$ 47,6 bi. No campo da transição e segurança energética: R\$ 12,5 bilhões para eficiência energética e investimentos em outras fontes de energias renováveis. No campo da indústria, da defesa, inovação para indústria da defesa, equipamento com tecnologia de ponta e aumento da defesa nacional: R\$ 4,5 bilhões. Ou seja, 107 bi ao Estado do Paraná nos próximos quatro anos, garantido dentro do orçamento do Estado. Uma política de construção com toda sociedade, através de um PPA Participativo, em que esta Casa teve a honra de receber a comitiva do Presidente com três Ministros e discutiu essas obras, e ainda ouviram o Governador do Estado, mesmo o Governador sendo sigla diferente e adversário político do Presidente. E estamos aqui hoje falando que isso mudará, com certeza, a vida do povo paranaense. Para termos uma ideia do que trata isso, o orçamento do Poder Executivo no Paraná, no ano que vem, a receita dele é de R\$ 52 bilhões, ou seja, o PAC são dois orçamentos do Paraná nos próximos quatro anos. O Governador tem os quatro orçamentos dos seus quatro anos e tem aqui a injeção do Governo Federal em recursos que remontam dois orçamentos. O Paraná terá seis orçamentos em quatro anos. Isso é muito importante, e importante demais que façamos isso e que divulguemos de forma fidedigna esses investimentos. E temos que trabalhar essas ações em conjunto - Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, sociedade, entidades - e falar do novo tempo que vive o Brasil, o qual o Paraná está contemplado. Mas, não podemos deixar aqui de registrar

alguns oportunistas de plantão, que saem falando das obras como se fossem pai das obras; que saem falando de recursos, não cita a origem para dar interpretação que são recursos de outros e em outros momentos. É difícil isso, mas tem que ficar aqui o registro, porque o certo é o certo. E temos que dar nome realmente a essas ações. É importante que construamos isso de forma pacífica, mas de entendimento. Existe investimento em todo Estado e precisamos colocar isso no seu devido local, de onde estão vindo os recursos, quem está fazendo esse processo, e não querer atravessar esse processo e começar a criar constrangimento às relações políticas e institucionais que existem entre as esferas de poder.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Deputado Arilson, permite-me um aparte?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Claro.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Acho que o senhor tem razão no que fala, obras importantes que serão realizadas no Estado, extremamente necessárias. Foi falado da Transbrasiliana, uma obra que interfere diretamente na região dos Campos Gerais, que há mais de 30 anos foi prometida. E é importante dizer mesmo que, infelizmente, há oportunistas querendo ser o dono das obras. Ontem, em Ponta Grossa, inclusive, um palestrante chamado Sandro Alex, que por sinal é o Secretário da Infraestrutura, que não é técnico, mas é Secretário, fez uma palestra para anunciar recursos do novo PAC para ampliação da pista ali do nosso aeroporto da cidade, que é muito importante, sem dúvida alguma, precisamos disso, até pela questão geográfica que Ponta Grossa tem, nossas empresas, a questão turística, enfim, extremamente importante e necessário, mas se intitula pai da obra, quando na verdade só está pegando carona. E só está pegando carona de fato porque as obras são do Governo Federal. Então, quero deixar o registro aqui desse caroneiro que volta e meia pega carona aqui com os próprios Deputados da Base para anunciar recursos que os Deputados lutam, aqui, para suas regiões e para suas cidades, mas que depois ele vai lá e anuncia como se fosse dele. E no PAC, em Ponta Grossa, isso está acontecendo. Sendo que eles têm uma obra lá, Deputado Arilson, de 35 milhões no aeroporto de Ponta Grossa

que está travada há três anos, por uma questão judicial que a Prefeitura errou e que, até agora, eles não resolveram. Obrigado, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado pelo aparte, Deputada Mabel. E sabemos da importância que são os recursos para o aeroporto de Ponta Grossa. É muito importante que Ponta Grossa seja contemplada e o aeroporto de referência regional ajude a cidade de Ponta Grossa. Ponta Grossa merece, mas Ponta Grossa não merece um oportunista e picareta político como é o Sandro Alex. É difícil tratarmos com pessoas que têm a capacidade de fazer isso que Sandro Alex faz. Eu não gosto, às vezes, de ficar me referindo pessoalmente a um político, porque não acho isso de bom tom, mas em uma situação dessa temos de colocar nomes. O Paraná já sofreu muito com o Sandro Alex, principalmente no que toca ao pedágio: desprestigiou algumas regiões em detrimento de outras; colocou mais contornos e mais obras em uma determinada região política dele e, além de tudo, agora, quer ser pai de coisas que não são do seu pertencimento. Esse tipo de atitude é deplorável e acho que não é prudente que deixemos isso acontecer sem ter que avisar quem realmente está fazendo. Então o Sandro Alex, infelizmente, representa uma atitude errada. E estou falando aqui, Presidente Micheletto, enquanto o político Sandro Alex, não vou falar como Secretário que acho que não tem uma orientação do governo para ele mentir para a sociedade, que seria incabível isso. Mas, quanto a político, que vergonha, Sandro Alex! Não envergonhe Ponta Grossa e não envergonhe os Campos Gerais tendo uma atitude desse tipo. Ainda na data de ontem, tivemos uma outra boa notícia para o Estado do Paraná – fora essa questão do PAC que foi anunciado no final de semana passado. Acompanhei, ontem, junto com outros Parlamentares e com a Presidenta Nacional do PT, a Deputada Gleisi Hoffmann, o Presidente da Petrobras Jean Paul Patres, aqui em Araucária, discutindo investimentos da Petrobras. Primeiro, o reafirmo do compromisso da Petrobras com o Estado do Paraná de que a Repar continuará aqui no Paraná em atividade, na cidade de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba. A Petrobras faz um grande serviço de prestação de trabalho à economia do povo paranaense. Reafirmando, mais uma vez, que ela continuará pública, do povo brasileiro e paranaense - a

Petrobras. No segundo momento, ele colocou uma coisa muito importante para o agronegócio paranaense: a retomada dos estudos e movimentos para reativar a Fafen – a fábrica de fertilizantes que produz nitrogenados, que é elemento básico da agricultura paranaense e brasileira, que vai retomar. E nós podemos ter uma oportunidade de produzir para fazer fertilizantes e diminuir o valor importado: o que agrega valor custeando isso. É uma demanda do agronegócio aqui no estado e se conseguirmos fazer com que a Fafen volte às atividades, vamos conseguir produzir um pouco do que é consumido. Deputado Marcel, o senhor que é do agronegócio, agricultor, temos uma dependência econômica muito grande externa na questão de fertilizantes de importação. Isso é muito importante. Para além disso, também anunciou que vai ter uma retomada, uma busca incessante sobre a SIX, que é a Usina de Xisto Betuminoso, na cidade de São Mateus do Sul, que as atividades foram paradas por uma venda complicada e ilegal, a meu ver, que aconteceu no governo passado. Então, a retomada da busca da SIX, a reabertura da Fafen, e a reafirmação das atividades da Repar no Paraná – Refinaria Presidente Getúlio Vargas, que produz muito para o povo paranaense. É muito grande o valor adicionado aos cofres do Estado e à Prefeitura de Araucária pela Repar, o que garante um efetivo desenvolvimento do Estado do Paraná. E aqui ficam os meus parabéns ao Governo Federal pela atenção ao Paraná nesses 107 bilhões no PAC, pelo reafirmo do compromisso da Petrobras na Fafen, na busca de resolver o problema da SIX e recuperá-la e, principalmente, em manter as atividades da Repar. É esse tipo de governo que fiz o “L”. Foi para isso que fiz o “L”: para ver o respeito institucional, o tratamento democrático mesmo com aqueles que não foram, não estão e muito dificilmente estarão conosco no campo político/eleitoral, mas estão institucionalmente respaldados. E o compromisso do Presidente Lula é com o povo do Paraná. Nós tivemos uma vitória no Paraná. O Presidente Lula fez quase 40% dos votos e o nosso compromisso não é com os 40% apenas, é com 100% da população paranaense. Por isso, segue a luta de investimentos, de recursos para o povo do Paraná, mas fica a cobrança do respeito para aqueles que estão fazendo as coisas e não de oportunistas, como aqui o exemplificado Sandro Alex, pessoa que nutre meu desrespeito pelo

oportunismo indevido neste momento em que há um respeito institucional de tudo que está acontecendo. Quero agradecer à Deputada Mabel pelo exemplo dado, que isso não aconteça mais no nosso estado. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Próxima oradora, Deputada Cantora Mara Lima, no Horário da Liderança do Partido Republicano.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Senhor Presidente, toda a Mesa. O que me traz à tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, TV, redes sociais, é uma denúncia que recebi através do meu gabinete, nesta manhã, de alguns alunos, Sr.^s Deputados, do Colégio Estadual Sertãozinho, localizado em Matinhos, no Litoral do Estado. Os alunos ali alegam que um professor – que não vou citar nome – da disciplina de Humanas, está disseminando ali na escola e nas salas de aula o ódio, a intolerância religiosa. Neste momento não vou citar esse nome, mas vou dedicar também o meu respeito, vou deixar bem claro que tenho respeito pelos professores de bem. Minha mãe é professora. Mas, não posso admitir que mediante essa autoridade de professor de alguma forma possa trazer constrangimento aos alunos. Vejam só, Deputados: esses alunos alegam que o professor faz apologia à legalização do aborto, à legalização da maconha, à ideologia de gênero e, pasmem, à pedofilia, dizendo que a pedofilia não é crime, que é uma doença imposta pela sociedade, inclusive chegou a dizer que a Bíblia Sagrada está cheia de erros e que os líderes religiosos são hipócritas. Um absurdo! Nobres colegas Deputados, penso que a escola deve ser um ambiente de debate, mas nunca de doutrinação ideológica. Infelizmente, esse educador deixou de lado o conteúdo pedagógico proposto pela disciplina para apenas colocar suas opiniões, sem atender ao contraponto dos alunos. Isso nos entristece, porque vivemos lutando aqui, dizendo a todos que não queremos, não aceitamos a doutrinação dentro das escolas, que o local tem que ser sadio para discutir, sim, assuntos importantes, mas nunca ofender a fé de ninguém e muito menos trazer a militância para dentro da escola. Dessa feita, gostaria de pedir o apoio aos colegas na tramitação e aprovação do projeto que hoje apresento, que institui a *Semana Escolar de Combate à Violência Institucional Contra Crianças e Adolescentes*. Uma Semana de conscientização e de respeito entre professor e

aluno, proporcionando um ambiente seguro e livre, de pensamentos críticos e debate em sala de aula. Quero dizer a todos vocês que tenho aqui comigo todos os áudios desse professor falando e também das crianças pedindo misericórdia, pedindo socorro a esta Casa. Não é possível, Deputado Ricardo, que as nossas crianças tenham que passar por isso e tenham que ser ofendidas na sua fé, que tenham que ser ofendidas naquilo que elas acreditam que é biologicamente o que se sentem: um homem, uma mulher. E elas terem que aceitar isso como certo. Não estamos aqui contra ninguém e nem à escolha de ninguém, quando ela se define, seja o sexo que for, mas também não podemos aguentar, porque cremos que esta lei que já temos aqui no Estado do Paraná, que é de nossa autoria com alguns Deputados, que é a liberdade religiosa, ela tem que ser efetivamente cumprida, e ela não está sendo cumprida dentro de sala de aula, quando eles dizem que a Bíblia é errada, quando a liberdade que eu acredito e a minha fé ela é errada. Também estou entrando com um ofício e vou entregar ao Líder do Governo Hussein Bakri, Presidente da Comissão de Educação desta Casa de Leis, com todos os detalhes dessa grave denúncia, na certeza que vamos resolver a questão e ajudar os alunos do Colégio Sertãozinho e, também, os pais que pedem ajuda. Vou deixar aqui com vocês um dos áudios que recebi onde uma aluna diz assim: *Acabo não debatendo com o professor porque não serei ouvida, porque muitas vezes o sábio tem que se calar para que o tolo não se ofenda*. As crianças não estão tendo voz. E essa voz, aluna, se você estiver nos ouvindo, nesta Casa de Leis se faz através da minha voz; se faz através da voz dos Deputados que acreditam que, sim, temos o direito de defender essas crianças e defender aquilo que acreditamos. Não, não vamos nos calar. Dizer que a pedofilia, Deputados, não é crime, mas é uma doença imposta pela sociedade, já é uma ofensa muito grande. Então, trago esta fala, vamos deixar com o Hussein Bakri este ofício, e espero que ele chegue até o Secretário de Educação do nosso Estado do Paraná. Concedo aparte ao Deputado Ricardo.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Deputada Mara, o tema que você abordou aqui é muito importante. O Estado é laico, sempre foi no Brasil, mas pelo o que entendemos este novo Governo não concorda com isso e quer enfiar goela abaixo

nas nossas crianças a ideia deles, a ideologia deles, não só religiosa, como de gênero e como partidária. E chegou a tal ponto o ataque ao cristão aqui no nosso País que agora, pela determinação do Ministério da Saúde, o SUS agora vai ter como equipamento de cura o candomblé. Então pergunto: Quem não compactua dessa religião do candomblé, como vai ser tratado? Ele vai ter que levar uma vela amarela, uma vela branca? Isso virou piada. O ataque é generalizado, não há respeito com ninguém, nem com criança, nem com jovem, nem com adulto, nem com a família e nem com a saúde pública. Está aí, este é o Governo. Já imaginávamos que ia ser ruim, mas não tão ruim como está. Parabéns pela pauta.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Lembrando aos Deputados que aqui existem Deputados que defendem a família, os valores, e vamos continuar defendendo. Tem quem gosta, tem quem não gosta, mas aqui é verdade, temos que acreditar que ainda é possível termos unidade neste País e termos respeito uns pelos outros. Meu muito obrigado, Deputados, e está aqui a denúncia. E mais uma vez digo a essa aluna que aqui no Parlamento ela tem voz.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Próximo orador, Deputado Anibelli Neto, pela Liderança do MDB.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Senhor Presidente Deputado Marcel Micheletto, senhores membros da Mesa Executiva, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados, servidores desta Casa, amigos que nos assistem pelas mídias, pela televisão. Subo à tribuna nesta terça-feira, dia 15, para falar da alegria, da satisfação de poder participar, nesta manhã, do lançamento do Plano Safra Paraná. Quero aqui deixar, Deputado Arilson, os parabéns ao Governo Federal por ter feito o maior Plano Safra da história. E aqui, no Estado do Paraná, o Governo do Estado, através do Paraná Fomento, investindo R\$ 155 milhões para subsidiar o juro que já está sendo subsidiado. Deputado Marcel, V.Ex.^a que estava do meu lado, único Estado que até agora divulgou este avanço fantástico, que nos enche de orgulho. Tivemos uma apresentação técnica tanto do Secretário Ortigara como do Natalino do IDR, dizendo o que tinham feito e quais são os objetivos traçados neste mandato para se avançar. Fizeram um desafio que vão fazer uma microbacia por

município, dando condições de uma preservação maior do meio ambiente. E aqui eu quero parafrasear a nossa Ministra Simone Tebet que, com muita elegância e conhecimento, disse: *Enquanto as árvores caídas valerem mais do que as árvores em pé não podemos imaginar que teremos efetivamente condições de fazer a preservação.* Políticas que estão sendo divulgadas, que estão sendo trazidas para que efetivamente lá na ponta o agricultor – pequeno, médio ou grande – possa ter o interesse financeiro, inclusive, de poder fazer a manutenção, a preservação. Tive a satisfação de conversando com o Secretário Ortigara, dizendo que semana passada, na Agroleite, estive junto com o Ministro Carlos Fávaro, e disse que o Estado do Paraná, por ter o Trópico de Capricórnio, que corta, tem diversos climas, e que uma das alternativas que os produtores do Sudoeste criaram é a famosa soja safrinha, que temos no nosso mandato como uma das bandeiras, com audiências desde 2015, e que conseguimos avançar, quando no Governo passado foi dada toda autonomia para o Estado do Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul poderem deliberar a respeito do prazo. Entretanto, veio um decreto que dava a data limite 19 de dezembro, mas através de técnica, de conversa, de bom senso, tem-se a promessa que o mais cedo possível esse prazo final para o plantio de soja será no mês de janeiro - 15, 20, 25 -, dando condições principalmente para os produtores do sudoeste poderem fazer as três safras, ter condições de ter mais recursos e girar mais dinheiro nas cidades menores. São lutas como essa que efetivamente valem a pena. Quero aqui dizer e trazer para os senhores e para as senhoras, com orgulho, esse dinheiro que será investido para diminuir os juros: Pronaf, Deputado Bazana, juro zero por cento; cooperativas da agricultora familiar, zero por cento; produção, captação e armazenamento de água, zero por cento de juro; erva-mate, pinhão, seda, café orgânico, mel e horticultura, zero por cento; turismo rural, zero por cento; pecuária de corte de leite, 1 a 4%; piscicultura, 1 a 4%; energia renovável até 500 mil, zero por cento de juros, e de 2,5 a 5,5 com mais de 500 mil; biogás, zero por cento até 2 milhões de financiamento; irrigação, zero por cento até um milhão. São lutas que valem a pena. E eu, na condição de Presidente da Comissão da Agricultura e Pecuária desta Casa, fiquei honrado em poder usar a palavra em nome dos Deputados que

lá fizeram presentes, Deputada querida Cloara, Deputado Do Carmo, Deputado Marcel, Deputado Tiago, tantos e tantos que estavam lá, Deputado Bazana, dizendo que são lutas que efetivamente nós Deputados temos orgulho de enfrentar, de brigar, de poder anunciar. E quando vamos para o Interior conversar com as bases, falar com os agricultores e com os pecuaristas, graças a Deus, este inverno que está quase acabando não teve muita geada, uma produção fantástica, pena que o preço não está naquilo que queríamos, mas faz parte dos detalhes. O importante é que a comida está mais barata. Portanto, Sr.^{as} e Sr.^s, fiquei muito feliz e fiz questão de subir na tribuna para não só parabenizar a parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal, mas a parceria entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, parabenizando todos aqueles que fazem parte da área da agricultura do Governo do Estado.

Deputado Marcel Micheletto (PL): Um aparte, Deputado Anibelli.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Um aparte, Deputado Marcel.

Deputado Marcel Micheletto (PL): Queria primeiro saudar V.Ex.^a, que teve a honra de nos representar, e nós ficamos também muito honrados. Dizer que temos um Governador sertanejo, rural, que tem um olhar respeitoso ao homem do campo, à mulher do campo, à agricultura familiar, ao pequeno produtor, ao médio e ao grande produtor. Temos um agronegócio fantástico. Estivemos todos lá, eu, o Deputado Tiago, a Cloara, o Do Carmo, V.Ex.^a, e isso mostra a importância que o Governador dá ao agronegócio paranaense, principalmente ao pequeno produtor rural, que precisa deste subsídio. É o único estado da federação em que o Governo do Estado vem e coloca ainda mais dinheiro, com juros zero, a esses homens e mulheres que acordam cedo para trazer alimento para o homem aqui da cidade e que precisam ser respeitados. Então, V.Ex.^a falou em nosso nome. Também me sinto muito feliz de representar a agricultura familiar, o homem do campo, o médio e pequeno produtor, e ver que o nosso Governador Ratinho Júnior tem esse olhar respeitoso com essas pessoas que fazem tanto pelo Paraná. E parabenizar o Secretário Ortigara e toda a sua equipe, que fomenta a agricultura familiar e que, cada vez mais, com a sua equipe técnica, vem fazendo

da agricultura do nosso estado uma agricultura diversificada e que tem gerado orgulho ao nosso estado. Parabéns pela sua fala hoje. Vossa Excelência representa muito bem a Comissão de Agricultura desta Casa.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Obrigado, Deputado Marcel. Também não poderíamos deixar de trazer esta grande notícia: a New Holland, que estava presente, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, ela construiu um trator adaptado para pessoas com deficiência, chamado TL5 Acessível, e lá estava o agricultor Fernando Dalmolin, que me dizia do tempo que ficou acamado e sem perspectivas de olhar para o espelho e dizer: *Estou na luta*. E ele, com essa possibilidade, já se inscreveu, vai adquirir esse trator e vai poder trabalhar, lutar, suar e falar: *Minha família, estou aqui trabalhando e lutando pela nossa dignidade*. Por isso, ficamos muito felizes com essas situações e não poderia deixar de também valorizar a New Holland por essa brilhante alternativa que, sem sombra de dúvidas... E lá foram apresentados dados, Deputados que lá estavam, mais de 7 milhões de pessoas com deficiência no último censo do IBGE, sendo quase 3 milhões que estão ligadas à área rural. Portanto, claro que nem todas, mas aquelas que efetivamente puderem ter essa tecnologia, sem sombra de dúvidas, ficarão muito felizes e alegres pela oportunidade de voltar a trabalhar. Porque eram pessoas que trabalhavam e de repente, por uma fatalidade, senhoras e senhores, foram retiradas, foram ceifadas da vida de trabalho, e esta oportunidade faz com que elas voltem. Então, está sendo um dia fantástico, que estará guardado no nosso coração, e tenho certeza de que o Paraná segue em frente com inovação e com muita coisa positiva, porque tenho a convicção de que a parceria entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo e o Governo do Estado e o Governo Federal vai proporcionar a toda a população paranaense. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda, pela Liderança do nosso PL.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas e Deputados, e todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Ontem, comentava aqui nesta Casa a respeito de como a

Petrobras está sendo levada ao buraco. Quando o Governo Lula abaixou o valor dos combustíveis na canetada, diferentemente do Governo Bolsonaro que levou ao Congresso a votação para a retirada dos impostos, o que ajudou muito a população, o combustível estava alto no mundo inteiro devido à pandemia do Covid. Qualquer pessoa que tenha o mínimo de leitura vai se lembrar disso. Falava disso, que não tinha como. O próprio Presidente da Petrobras falou: *Acabou a gordura*. Não acabou só a gordura, já estava entrando na massa magra, despencando o valor da Petrobras. E ontem falava isso e estava no elevador, o Deputado Alexandre Curi estava junto, o Deputado Romanelli ficou nervoso de ouvir a minha fala no elevador e falou que eu não podia falar isso no elevador. Não sabia que tinha uma regra nova, que não podemos falar de política no elevador. Foi coisa nova para mim! Não sei se o fanatismo dele pelo PT é tão grande que ele não consegue ouvir o contraditório ou a verdade. Estava falando a verdade! Tanto é que hoje está aqui, Deputado Romanelli, é o que falei ontem: *Petrobras sobe o preço da gasolina em 16,3% e do diesel em 25,8%*. Está aí! Tiveram que acertar o preço, senão iriam quebrar a Petrobras, com a Dilma quebrou também. Isso é fato! Tudo o que o Governo PT faz é factóide, são promessas mentirosas que não duram nada. Não é um trabalho sério, que se faz através da política, é na canetada, é na mentira. Só que a mentira tem perna curta, ela aparece! Apareceu, está aí! E agora, quem vai fazer o “L”? Vocês vão ver quanto vai estar o preço do combustível nas bombas! Se na refinaria aumentou isso, vamos ver nas bombas quanto vai aumentar. Está aí mais um tapa na cara do povo. Mais uma mentira que o Governo Lula iria controlar o preço dos combustíveis. Não controla preço de nada, eles não estão preocupados com nada. Aí estava ouvindo hoje atentamente o meu colega Deputado Arilson falar do novo PAC. Acho fantástico, Deputado Arilson, e torço para que dê certo, para o bem do Brasil, para o bem do Paraná. Hoje até brincaram que votei favorável a um Projeto da colega Ana Júlia, do PT. Falo que quando o Projeto aqui é normal, é bom, não tenho por que votar contra o Projeto. Não faço isso aí, nem que mexa com ideologias, mas quando a pessoa é maior de idade tem todo direito de seguir a sua vida e jamais vamos votar contra, sendo constitucional. Mas, vale a pena aqui lembrar a todos que o PAC novo é

uma promessa antiga do Lula. O pacote do Lula tem o relançamento de obras inacabadas, lembrando que o é o terceiro PAC que os Governos Lula e Dilma fazem, e nenhum deles foi cumprido até o momento. Tenho aqui alguns números que mostram que... Vamos ver, tem uma matéria aqui da *BBC News Brasil*, em Brasília, do dia 11 de agosto: *Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, lançou nessa sexta-feira um novo PAC, a terceira edição do Programa de Aceleração do Crescimento, iniciativa que marcou o seu segundo mandato e a gestão Dilma Rousseff, seja por alavancar os investimentos em infraestrutura e a geração de emprego no Brasil, seja pelas denúncias de corrupção e os longos atrasos nas entregas das obras.* Oito mil obras paradas nos PACs que o PT já fez o lançamento. Uma que ficou marcada acho que para todo brasileiro foi a obra reciclada no novo PAC da Ferrovia Transnordestina, que foi anunciada em 2006 - gente, olhem só, já faz um tempinho - para ter cerca de 1.800 quilômetros de extensão, sendo 1.200 de trilhos novos e o restante de velhos trechos recuperados, conectando o interior do Piauí aos portos do Ceará e Pernambuco, para a exportação de minério e grãos. A obra foi incluída na primeira edição do PAC, lançado em 2007. Nós estamos em 2023, a obra não foi concluída e, pior, ela tinha um orçamento inicial de R\$ 4,5 bilhões, mas já foram gastos R\$ 9,1 bilhões, até junho deste ano, segundo a CSN. Olha só, uma obra que foi prometida por vários governos, não foi concluída, que tinha uma promessa de gastar 4,5 bilhões, já gastou nove e não foi concluída. Pergunto: dá para confiar? Será que algum brasileiro vai confiar? Gostaríamos de acreditar realmente que dessa vez, pela quarta vez no poder o PT, que eles realmente concluam o que falam, mas não acredito, porque houve um lançamento de um programa de vender carro popular mais barato. Sabe quanto tempo durou, gente? Trinta dias e já acabou o programa e a mídia não divulga. Então, o PT lança assim narrativas, a imprensa bem paga divulga e, depois, nada acontece. Será que vamos ter novamente essa gigante corrupção, que teve no Governo Lula e Dilma? Será? Não vou aqui afirmar que vai ter, mas tem grandes chances de voltarmos a ter corrupção, obras supervalorizadas e obras inacabadas. É o que sempre teve no histórico do Governo do PT. Então, fico contente de ver a empolgação do

Deputado Arilson e de todos que ali estiveram nesse lançamento. Volto a dizer que torço realmente para que dê certo, Deputado Hussein. É importante para o Paraná, é importante para o Brasil, mas espero que o Tribunal de Contas, o Ministério Público, os deputados federais, nós, estaduais, vamos ficar de olho porque sabemos que quem está no controle não é digno de crédito. Não é digno nenhum de crédito. Acho que pouca gente respeita quem está no comando no nosso Brasil devido ao histórico triste de um passado recente que o Brasil viveu. Vivemos em um país que foi saqueado pelo Governo PT. Tivemos a Petrobras destruída, e estava indo para o mesmo caminho. Agora, fizeram uma correção que vai no bolso do trabalhador. Vou alertar a vocês que aumentando combustível, que não é pouco, vão aumentar todos os itens dos alimentos, de qualquer item, porque a maioria é transporte rodoviário. Então, a você que ganha um salário-mínimo, que teve um mísero aumento de R\$ 18 pelo *pai dos pobres*, você vai ver que o seu poder de compra vai estar cada dia menor. Você que recebe Bolsa Família, que o PT tirou mais de um milhão de pessoas que recebiam e tirou o 13.º, vocês vão ter dificuldade também aqui para comprar os produtos básicos no Brasil. O PT faz projetos mirabolantes, gigantes: *Vou gerar emprego. Vou investir um trilhão*. Não tem de onde tirar, mas eles vão chutando, porque o Lula não está nem aí com número. Ele mente que nem sente. É um perfil dele. Então, gente, não caiam mais nas mentiras do PT. Vamos ter muita cautela, vamos aguardar os resultados. Vejo aqui na minha área, área do mercado econômico que é a minha área, realmente, vejo que o Brasil está indo de mal a pior; desemprego aumentando; a construção civil despencando. Isso não é só aqui, é em São Paulo, em todas as regiões. Enfim, poder de compra despencando, empresas fechando, desemprego aumentando. Este é o cenário real que o Brasil vive, não o país que o PT vende no jornalzinho dele e na grande mídia que é bem paga para dizer que o Brasil está lindo e maravilhoso, que o Brasil voltou a sorrir. O Brasil chora, chora de dor e de tristeza com esse desgoverno que temos hoje no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Próximo orador, no Horário das Lideranças, pelo PSD, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados. Por primeiro tenho que reconhecer que o Deputado Arruda hoje está muito mais calmo do que estava ontem, porque reconheço que ontem talvez tenha sido um mau momento aquele, Deputado Arruda, que nos encontramos no elevador e o senhor estava em altos brados. A única coisa que reclamei foi o tom da voz dentro do elevador. Contudo, o que o senhor fale, embora eu divirja, respeito. Democracia é isso mesmo. Aliás, sempre dialogamos bem, com posições sempre divergentes, é verdade, mas faz parte. Quero dizer o seguinte: entendo que o que aconteceu ontem. Na verdade, tive o prazer de ter sido convidado pelo Deputado Arilson Chiorato, como foram outros deputados e deputadas, para comparecer à recepção ao Presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, que fez uma visita técnica à Fafen, que é a Fábrica de Fertilizantes que, infelizmente, havia sido hibernada no período do governo anterior. Todos sabem que a Fafen é uma empresa que produz até 500 mil toneladas por ano de ureia e também de amônia, sendo que a amônia é fundamental, inclusive, para produção. Inclusive, a Fafen produzia cerca de 65% da Arla, que é o aditivo para o óleo diesel para reduzir a emissão de CO₂, pela utilização dos veículos de transporte de carga. Digo isso, porque foi um privilégio participar lá na Petrobras, Deputado Arilson, e sou muito grato. Junto com a Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann, com o Deputado Geraldo Santos, com o Deputado Zeca Dirceu, com a Deputada Ana Júlia, com o Deputado Tadeu Veneri, justamente desse momento da retomada de uma planta industrial no Paraná, que impacta diretamente na vida dos agricultores. Sabemos que hoje importamos 100% praticamente dos fertilizantes. A Petrobras fará novos investimentos estratégicos no país para que o Brasil tenha pelo menos 50% de produção dos fertilizantes, que são necessários para a nossa produção agrícola. O fato concreto é a retomada da Fafen. Lembro-me aqui o que sofremos no período da pandemia, quando o Governo Federal anterior resolveu fechar a Fafen. Por quê? Porque o objetivo, todos sabem, era privatizar a Repar – Refinaria Presidente Getúlio Vargas, que é das mais lucrativas, rentáveis e ao mesmo tempo que tem uma alta produção. Ontem, foi interessante porque o Presidente da Petrobras garantiu

justamente a ampliação, inclusive, da capacidade da nossa refinaria aqui no Estado do Paraná. A Petrobras também está retirando a refinaria da lista das refinarias a serem privatizadas, mantendo-a como uma refinaria de patrimônio da Petrobras. A Petrobras que é uma empresa de sociedade de capital aberto, com ações não só no Brasil, mas no exterior, e é uma das empresas mais rentáveis que temos. Entendo eu que para o Paraná ganhamos muito. Também foi discutida a questão da Petrosix que, todo mundo sabe, foi privatizada por um preço muito baixo no ano passado, havia uma inadimplência, inclusive, do novo controlador, mas que, segundo soubemos ontem, assim que a Petrobras começou as tratativas em função da inadimplência, eles imediatamente pagaram mais de 140 milhões que estavam devendo para a Petrobras, a Petrosix. O fato concreto é que temos que reconhecer que é um grande ganho para o Brasil a retomada da fábrica de fertilizantes, ou seja, que vai se chamar *Araucária Nitrogenados*. E mostra, ao mesmo tempo, o compromisso que tem, aí sim, tem que cumprimentar o Presidente Lula, da retomada da produção na indústria naval do Brasil, das novas plataformas de petróleo, dos navios petroleiros. Vamos gerar emprego no Brasil e parar de gerar emprego em Singapura, na China e em outros países do mundo, desenvolvendo a nossa indústria, gerando empregos no Brasil e fazendo que a nossa economia avance. Todos nós sabemos que um dos efeitos colaterais da Operação Lava Jato foi a perda de mais de 1 milhão e 400 mil empregos na cadeia produtiva do óleo e do gás no Brasil. E isso, minha gente, não podemos mais vivenciar. O Governo Federal, a mim me parece, como todos os Governos, tem enfrentado as dificuldades em uma economia global que está em recessão. A própria China que é a principal locomotiva da economia mundial hoje está com uma desaceleração na sua atividade econômica. Mas, indiscutivelmente, nós brasileiros temos que agradecer quando o Governo Federal resolve enfrentar a crise com o lançamento do PAC-3. O PAC-3 é um investimento só até 2026, apenas até 2026, de um R\$ 1 trilhão e 400 bilhões. Sei que é um desafio tratar de infraestrutura em um País como o Brasil, mas indiscutivelmente o Governo tem que ter plano nacional de desenvolvimento, tem que ter programa. Como o Governo recriou o programa *Minha Casa, Minha Vida*, você tem que fazer

investimento onde possa gerar emprego e renda. E nesse sentido entendo que os Governos, inclusive o Governo do Paraná, o Governo Ratinho Júnior, que investe muito forte na política habitacional para poder gerar atividade econômica no estado, e tantas outras obras que estão acontecendo. Esta semana mesmo, o Governador estará inaugurando o contorno de Wenceslau Braz, que era uma obra tão esperada no Norte Pioneiro do Estado do Paraná, como tantas outras obras que têm sido realizadas. Governar, minha gente, não é subir na tribuna da Assembleia e fazer discurso, governar é você transformar a vida das pessoas. E, ontem, o que eu vi, Deputado Marcel Micheletto, é muito bom para a agricultura do Brasil. Nós ficamos muito dependentes da Rússia, completamente dependentes, veio a Guerra com a Ucrânia, ninguém sabe o desdobramento dessa guerra e do que vai acontecer. O Brasil pode e deve ter autossuficiência nessa área. Claro, eles estão lá, como o Presidente da Petrobras explicou, por que o fertilizante que é produzido lá é muito mais barato? Porque eles têm as plantas em áreas que têm muito gás, gás que não tem nem como ser explorado comercialmente, eles põem as plantas para produzirem justamente os produtos nitrogenados. Nós aqui, o nosso gás é diferente, vem do pré-sal, é uma outra dinâmica que nós temos, tem um custo maior, mas é estratégico para o Brasil. Nós temos que buscar autossuficiência. A indústria nacional tem que fazer de fato a diferença nisso. Em uma economia que temos que reconhecer que o Brasil está crescendo mais do que esperávamos. Diversos segmentos da economia, claro, passam por dificuldades, mas as medidas que estão sendo adotadas, a mim me parece, são muito importantes. Discurso, minha gente, discurso ideológico não leva ninguém, não enche a barriga de ninguém. O povo quer resultado, o povo quer comer picanha mais barata, o povo quer ir na fila do supermercado e conseguir comprar mais com o salário dele, não é? Sabemos que não é fácil, mas temos que reconhecer o seguinte: a própria cesta básica teve uma pequena redução. Por quê? Porque houve efetivamente maior controle sobre isso tudo. Agora, que a economia não é uma tarefa simples de ser controlada é muito grande, mas que temos que reconhecer que as coisas no nosso País estão andando melhor, como estão andando aqui no estado do Paraná, que sabemos, conseguimos realizar

obras, ações, obras em todos os municípios. Isso faz uma enorme diferença do ponto de vista do resultado da qualidade de vida das pessoas. É para isso que nós somos eleitos, é para dar solução para governar bem e de forma inteligente, que melhore a vida das pessoas. No mais, que venha... Daqui a oito meses, esta Casa deverá comparecer, Deputado Arilson... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Vossa Excelência tem mais um minuto, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, vamos ter que comparecer lá, levar os agricultores, seus representantes, lá na Petrobras, para ver a repartida, a religação da planta produzindo ureia, produzindo os produtos nitrogenados, o arla, enfim, que vai gerar mais de mil empregos diretos, além do que, sabemos, vai reforçar o nosso caixa na questão também dos tributos, que é importante. Enfim, é bom para todo mundo, e para nós muito importante essa visita ontem do Presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, aqui ao Estado do Paraná. É isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Pela Liderança da Bancada Feminina, nossa Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputadas, Deputados e todos que nos assistem. Primeiramente, quero agradecer aos 27 Deputados e Deputadas que assinaram requerimento de coautoria do projeto de codificação das leis em prol das mulheres aqui no estado. Esse código que queremos criar já temos em dois estados: São Paulo e Amapá já codificaram as leis em prol da mulher. Esse trabalho que estamos fazendo aqui visando compilar essa legislação em prol da mulher é até para facilitar essas informações sobre os direitos que as mulheres paranaenses têm. Quero agradecer a Liderança do Governo, Deputado Hussein, que inclusive manifestou apoio, que quer assinar, posteriormente fará isso, até porque será o nosso interlocutor com o próprio Poder Executivo nessa questão. Hoje é o dia da gestante, Deputada Luciana, um dia importante, dia das nossas mãezinhas. Acho que sempre temos que celebrar, porque é uma vida que vem do ventre das nossas mãezinhas. Temos lutado tanto

aqui nesta Assembleia em prol da saúde da mulher, em prol das gestantes, das parturientes, quantas leis já foram feitas. Temos uma lei tão importante de combate à violência obstétrica, que fala sobre os direitos das gestantes e parturientes aqui no nosso estado. Mas, infelizmente, tenho que trazer hoje aqui duas situações lamentáveis, inclusive fizemos dois expedientes, dois requerimentos, para a Sesa, para que tome providências em relação ao que está acontecendo. A primeira em relação à Lei n.º 21.053, do ano passado, que dispõe sobre a presença das Doulas nos hospitais e maternidades deste estado. Infelizmente, Deputada Marli, estamos recebendo muitos relatos de que elas estão sendo impedidas de entrarem junto às parturientes. Porque a gestante, segundo essa lei que aprovamos aqui no ano passado, ela tem direito ao acompanhante, Deputada Márcia, e também a presença da Doula que está acompanhando essa gestante. Mas, infelizmente, muitos hospitais e maternidades estão descumprindo essa questão, até devemos fazer uma alteração na lei, nos próximos dias, através de um projeto, para tentar suprir um pouco essas denúncias, esses atos aí. Estamos pedindo à Sesa que também tome providências e que faça a regulamentação da lei, que ainda não foi realizada, e que acaba servindo aí de justificativa para que esses hospitais descumpram a lei. Ontem recebemos uma denúncia muito grave, inclusive de um médico que atua aqui na capital, de que um hospital de renome aqui da cidade está pedindo que os médicos, orientando, de forma bem incisiva, que não tragam mais pacientes e parturientes de parto normal, Deputada Márcia, só querem realizar nesse hospital cesarianas. O que contraria totalmente as orientações da OMS, que contraria, inclusive, a nossa Lei Estadual n.º 20127, que dispõe sobre a escolha da via de parto. Até quando fizemos essa lei, sou autora, o que sempre solicitamos é que a parturiente, a gestante, de acordo com as informações recebidas - e aí a gestante de risco habitual que não tem intercorrência na gravidez - possa participar desse processo de escolha, que ela possa escolher entre o parto normal ou o parto cesáreo, de acordo com aquilo que ela acha melhor para si e para seu filho. Claro, sempre de acordo com as condutas médicas. É uma participação de escolha, sempre bem orientada a escolher. E sempre recebo, Deputada Márcia, situações, denúncias do contrário,

que no SUS não é cumprida a lei em relação à cesariana. E me surpreendeu ontem saber de um médico, de um profissional, de que está sendo compelido a não levar para esse hospital que, aliás, é um hospital de referência de alto risco. Então, ele tem as UTIs lá. Por isso que, inclusive, esse médico leva suas pacientes para lá e que não pode realizar partos normais. Então, estamos oficiando a Sesa também para que nos auxilie nessa questão, porque isso não pode acontecer. Um hospital não pode impedir que um médico ou que uma parturiente realize o parto da maneira que ela escolheu. Por fim, quero aproveitar este espaço hoje, até tenho evitado falar um pouco sobre essa questão, porque acho que ainda está muito cedo, que é sobre as questões das eleições municipais lá de Ponta Grossa, mas tenho sido tão abordada, e nos últimos dias teve tanto falatório que me obrigo a falar aqui na tribuna. Até porque ontem a Bancada Feminina participou de uma reunião com desembargadoras do Tribunal Regional Eleitoral visando, justamente, sustentar e apoiar as candidaturas femininas no pleito municipal do ano que vem, da importância que é ter a mulher na política. Ponta Grossa tem uma prefeita, uma mulher. Tivemos uma eleição histórica em 2020, onde duas mulheres foram ao segundo turno, eu e a Prefeita Elizabeth. E por onde ando em Ponta Grossa recebo muitos pedidos: *Mabel, seja candidata. Mabel, você vai ser candidata? Por favor, Mabel, seja candidata.* Inclusive com um pedido até acho assim um sentimento de esperança vindo dessas pessoas. E estava evitando abordar esse assunto, porque estou no mandato de Deputada Estadual, eleita a Deputada Estadual mais votada da história de Ponta Grossa, mais votada da região. Trabalhando muito aqui nesta questão das mulheres, junto com as demais Deputadas e Deputados, mas estão dizendo por aí que não sou candidata, Deputado Denian. Estão usando isso, porque também não têm o que falar da Deputada Mabel. Então, estão usando isso e dizendo: *Não, a Mabel não quer ser candidata.* Isso não é verdade. O que eu disse, Deputado Marcel, esses dias, é que como toda decisão que tomo na minha vida eu penso nas consequências dela. Deputada Márcia, nós que somos mulheres na política o quanto é difícil. Tenho dois filhos: mãe da Milena de quatorze e do Lucca de cinco, que estão crescendo e precisam da mãe. Tanto que vou e volto a Ponta Grossa

nos dias de Sessão, porque quero chegar em casa para estar com meus filhos. E toda decisão que tomo na minha vida influi na vida deles. E se tem um papel que acho que é o mais importante na minha vida, Deputada Mara, é o de mãe. Ser mãe é o meu papel principal. Me dispus a ser mãe. Amo ser mãe. E sempre vou pensar nos meus filhos, Deputado Marcel, mas isso não quer dizer que não sou candidata. Estão usando essas questões pessoais dos meus filhos e de outras para afirmar isso. Isso não é verdade.

Deputado Denian Couto (PODE): Um aparte, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Já lhe concedo, Deputado Denian.

Deputado Denian Couto (PODE): Não sei, Deputada, qual será a sua decisão para o ano que vem, mas saiba desde logo que tem o meu total apoio na disputa à Prefeitura de Ponta Grossa. Apoio meu pessoal, do Deputado Denian Couto e do meu partido, o Podemos. Era isso, Deputada.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Muito obrigada, Deputado Denian. Inclusive, na semana passada, a Vereadora Joce recebeu a responsabilidade de comandar o Podemos em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais. Agradeço muito. Então, gente, não estou afirmando que sou candidata. Tem tanta coisa para acontecer até o ano que vem, mas também não estou dizendo que não vou ser. Até porque falo tanto: *Temos que ter candidata mulher*. Puxamos tanto para isso e, de repente, vou fugir disso? Não vou. Porque se tem uma coisa que corre aqui nestas veias, que herdei do meu pai, chama-se coragem. E eu não fujo da minha responsabilidade. E se, de repente, a população de Ponta Grossa entender que eu deva ser candidata, porque tenho que ouvir a população, ninguém é candidato de si. Temos que ouvir as pessoas. Se, de repente, a população quiser, achar que eu deva ser, tenho que ter responsabilidade com eles... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputada Mabel, V.Ex.^a tem mais um minuto para concluir.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Concluindo, Presidente. Então, esse é o recado que quero deixar para esses que usam, infelizmente, dessa artimanha de

falar algo assim. Tenho conversado com muitas pessoas, muitos partidos, muitos líderes. Estou em primeiro nas pesquisas em Ponta Grossa. Isso é um fato. Elas estão sendo divulgadas. Então, não usem, não coloquem palavras na minha boca. Não disse que serei e nem que não serei. Esta é uma decisão que será feita próximo ao pleito, mas hoje tem muita gente que quer a Mabel candidata em Ponta Grossa e eu as estou ouvindo. E o meu mandato não pertence só a mim. Minha política não pertence só a mim, pertence à população. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Pela Liderança da Oposição, Deputado Requião Filho. Vossa Excelência declina. Então, pela Liderança do Governo, feliz de ver a volta do nosso Líder aqui, bem animado. Cuidado, não é, Líder, para que você possa continuar aí liderando a nossa Base. Quero saudar, mais uma vez, a sua volta. E está com a palavra o nosso Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, antes de mais nada, quero pedir licença para V.Ex.^a para falar daqui. Tenho muito orgulho de dividir com V.Ex.^a o trabalho no Oeste, aliás, muito mais de V.Ex.^a do que meu. Agradeço a parceria. Quero aqui fazer uma saudação muito especial a todos os colegas. E quero me reportar primeiro... Só estou aqui porque quero responder umas questões. O Deputado Marcio Pacheco está aqui ou não? O Deputado Marcio Pacheco falava da famigerada licitação. Fui prefeito de União da Vitória dois mandatos, Deputado Romanelli, em alguns momentos me pergunto: será que a licitação é um instrumento que ajuda, Deputada Márcia, ou não? Será que de fato fazer licitação ajuda o poder público ou não? Eu tenho dúvidas disso. Fui vítima, quando prefeito, de empresas que uma dava cobertura para outra para ganhar a licitação. Fui vítima de empresa que abandonou o processo licitatório e não fez obras. O Estado é vítima, em alguns colégios, de empresas que vêm, ganham a licitação e não fazem. Então, não sei. Acho que esse é um assunto que precisa ser rediscutido. Quem sabe um registro de preço, nem mais barato do que isso e nem mais caro que aquilo para escolher empresas idôneas. É para discutir. Senhor Presidente, gostaria de dizer aqui que sempre fui um cara democrático no meu trabalho, nunca faço pré julgamento nenhum, mas a denúncia que recebo

aqui na condição de Presidente da Comissão de Educação e Líder Governo é muito séria. Ela é séria, não, ela é gravíssima. A denúncia que recebo aqui, em meu nome, tenho que tomar providências e vou tomar, fala que em um determinado colégio do Estado do Paraná, não vou falar nem o nome do colégio e nem o nome do professor, por uma questão de presunção de inocência, mas é evidente que será chamado na Comissão de Educação. Tenho uma denúncia aqui que os professores, os demais professores e alunos fazem, que um determinado professor dissemina o ódio, a intolerância religiosa, apologia à legalização do aborto, à legalização da maconha; ele cita que a pedofilia não é crime, entre outras questões. Recebo isso, Deputada Mara, e na condição de Presidente da Comissão de Educação iremos tomar as providências, sempre respeitando o contraditório. Senhores Deputados e Deputadas, quero informar que recebemos nesta Casa e será objeto de discussão, a partir da semana que vem, o Projeto de Lei que trata do novo modelo de eleições de diretores de colégios estaduais. O que prevê esse Projeto de Lei? Quem quiser se habilitar a ser diretor de um colégio estadual obrigatoriamente tem que passar por um curso de capacitação, no qual serão ministradas algumas aulas de assuntos que tratam da administração de uma escola: prestação de contas, enfim, outros assuntos importantes. Acho que é o mínimo que um diretor tem que ter para poder ocupar esse cargo. Então, fez o curso é a primeira etapa. A segunda etapa vai participar de uma prova. A prova é eliminatória: se não alcançar nota oito não está habilitado a disputar a eleição. Eu, pessoalmente, acho oito um pouco alto. Acho oito um pouco alto e vou advogar a tese, junto ao Secretário de Estado, de que seja a mesma nota que é cobrado dos alunos, que é o seis. Acho que tem uma certa lógica. Não sei se os deputados vão concordar ou não, mas acho que a nota seis é a nota mais lógica que pode se cobrar. Posteriormente a isso, é feito um processo democrático de eleição conforme é feito hoje. Já recebemos o projeto nesta Casa, semana que vem vai à CCJ, após vai à Comissão de Educação, e vamos discutir se tiver alguma ideia boa, se tiver alguma proposta boa. Como sempre fiz, vamos tentar construir para que tenhamos uma eleição dos diretores da forma mais democrática possível. Senhor Presidente, ouvi o senhor falar há pouco, ouvi o Deputado

Anibelli falar. Acho que temos que comemorar as coisas boas, temos que comemorar o PAC do Governo Federal, agradecer que o Paraná foi inserido. Sou um cara que sei agradecer. Então, leve ao Governo Federal o nosso agradecimento, Deputado Arilson, em nome do Governo do Estado do Paraná, Deputado Requião que é Líder e toda Bancada do PT. Gostaria também de comemorar os anúncios que foram feitos, hoje, em relação aos investimentos do Paraná em função do Plano Safra. Deputado Marcel, só de ver que o Estado vai assumir 100% dos juros dos empréstimos das mulheres no Pronaf já nos emociona e já nos faz acreditar. A agricultura familiar fortalecida mostrando esse viés do Governador Ratinho Júnior. Portanto, quero agradecer a todos, muito obrigado e um forte abraço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputados e Deputadas, temos mensagens do Poder Executivo. Gostaria que o Deputado 1.º Secretário Alexandre Curi fizesse a leitura das mensagens.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Senhor Presidente: **Mensagem n.º 114/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 666/2023)** que autoriza o Poder Executivo efetuar a doação, ao município de Guaira, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 115/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 667/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Verê, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 116/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 668/2023)** que autoriza a Companhia de Habitação do Paraná a efetuar doação do imóvel que especifica ao Município de Santa Cruz de Monte Castelo; **Mensagem n.º 117/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 669/2023)** que autoriza a Companhia de Habitação do Paraná a efetuar doação do imóvel que especifica ao Município de Laranjeiras do Sul; **Mensagem n.º 118/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º**

670/2023) que autoriza a Companhia de Habitação do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Apucarana; **Mensagem n.º 119/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 671/2023**) que autoriza a Companhia de Habitação do Paraná a efetuar doação do imóvel que especifica ao município de Capitão Leônidas Marques; **Mensagem n.º 120/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 672/2023**) que dispõe sobre a designação de diretores das instituições de ensino da rede de educação básica do Estado do Paraná por meio dos processos de credenciamento e seleção. Eram essas as mensagens, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (41 Parlamentares); Deputados*

ausentes com justificativa: Ademar Traiano (PSD), para função administrativa, Batatinha (MDB), conforme art. 97 inc. I do § 3º do Regimento Interno, Delegado Jacovós (PL), conforme art. 104, I § 1.º do Regimento Interno, Douglas Fabrício (CDN), conforme art. 97 inc. I do § 3.º do Regimento Interno, Gugu Bueno (PSD), conforme art. 104 II § 1.º do Regimento Interno, Luiz Corti (PSB), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno e Reichembach (PSD), art. 97 inc. I do § 3.º do Regimento Interno **(7 Parlamentares)**; **Deputados ausentes sem justificativa:** Adão Litro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Doutor Antenor (PT), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Professor Lemos (PT), e Renato Freitas (PT) **(6 Parlamentares).**]

Projetos que necessitam de apoioimento. Votação simbólica e agrupada.

Projetos que necessitam de Apoioimento.

Projetos de Lei: (Com apoioimento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 663/2023**, do Deputado Ricardo Arruda, que dispõe sobre as ações de prevenção e repressão nas situações específicas de perturbação do sossego alheio, visando à preservação da ordem pública, e adota outras providências; **Autuado sob o n.º 664/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre o programa de incentivo à técnica de defesa pessoal para mulheres, destinada à prevenção da violência contra a mulher no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 665/2023**, da Deputada Cantora Mara Lima, que dispõe sobre a Semana Escolar de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação final do Projeto de Lei n.º 431/2023, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que altera a Lei n.º 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe que o título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 448/2023, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de utilidade pública à Associação Familiar Beneficente a Tribo dos Doze, com sede no município de Araucária.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados os Projetos.**

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 350/2019, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, do Deputado Goura e do Deputado Arilson Chiorato, que dispõe sobre o acolhimento das mulheres em situação de violência nas dependências das delegacias do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Subemenda substitutiva geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos votar a Subemenda Substitutiva Geral. Como encaminham o voto, Deputado Líder do Governo e Deputada de Oposição?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Gostaria de encaminhar, Sr. Presidente. Bem rapidamente, só quero agradecer a todos os deputados e deputadas pelo apoio a esse Projeto, pela votação favorável em primeira votação. Agradecer de uma maneira especial à CCJ, na pessoa do Deputado Tiago, do Deputado Requião Filho, que inclusive deu o parecer dessa emenda. Quero agradecer a todos os deputados da CCJ que também acolheram esse Projeto e reforçar, aqui, esse pedido de apoio – tanto agora na votação da emenda, como também, com relação ao Projeto. Sabemos que é um Projeto muito importante que, com certeza, trará mais dignidade a todas as mulheres que estão em situação de violência. São muitas as mulheres que muitas vezes não denunciam a situação porque não sabem aonde denunciar ou porque ao se dirigir a uma delegacia – que chamamos delegacia comum – é constrangedor para ela ficar ali esperando para poder fazer o registro e, muitas vezes, até ela é importunada pelo fato de ter sofrido uma violência. Precisamos, sim, de uma sala de acolhimento, uma sala especial de acolhimento à mulher em situação de violência. E acredito que esse Projeto passa a ser uma grande conquista a todas as mulheres que hoje estão em situação de violência ou as que poderão passar a estar em situação de violência. Então, esperamos que isso ajude a minimizar, que isso ajude a erradicar

a violência que ocorre no nosso estado e no nosso país, mas de uma maneira especial aqui no Estado do Paraná. Agradeço e, mais uma vez, reforço o pedido de apoio a todos os parlamentares o voto favorável.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Em votação a Subemenda Substitutiva Geral. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”. Repito que o voto é “*sim*”!

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputado Artagão, Denian, Maria Victoria. Vou finalizar a votação. Encerrada a votação: **[Votaram *Sim*: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (37 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Adão Litro, Artagão Junior, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Gugu Bueno, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Professor Lemos, Reichembach e Renato Freitas (17 Deputados).** Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a subemenda substitutiva geral.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 278/2022, de autoria da Deputada Maria Victoria, que institui a Política Estadual de Economia Circular e o Selo Produto Economicamente Circular. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Substitutivo geral da CCJ. Em votação o Substitutivo Geral. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Encaminhamos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputada Ana Júlia, Alexandre Amaro, Artagão, Tito, Denian, Moacyr, Marcio. Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (38 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Adão Litro, Artagão Junior, Batatinha, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Gugu Bueno, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Professor Lemos, Reichembach e Renato Freitas (16 Deputados).* Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 489/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 85/2023, que institui o Código de Ética e Conduta da Polícia Científica do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputados Tito, Artagão, Alisson, Moacyr, Flávia, para encerrar aqui a votação.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Presidente, não estou conseguindo votar. O meu voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Finalizada a votação, o resultado: *[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, do Carmo, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcia*

*Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Adão Litro, Artagão Junior, Batatinha, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Gugu Bueno, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Professor Lemos, Reichembach e Renato Freitas (16 Deputados).* Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 489/2023.**

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 496/2023, de autoria do Deputado Fabio Oliveira, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jose Antonio Karan, *in memoriam*. Parecer favorável da CCJ. Em votação o Projeto. Como votam os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante Projeto e merecido. O voto é “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Em votação. Quero aqui agradecer à Reitora da UEL, Sr.ª Marta Favaro, a pedido do nosso Deputado Tiago Amaral e desta Casa. Deputados Goura, Marcio Pacheco, Marli, Moacyr, Requião, Tercilio, Artagão. Finalizando a votação: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Adão Litro, Artagão Junior, Batatinha, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Gugu Bueno, Luis Corti,

Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas e Requião Filho (17 Deputados). Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 496/2023.**

ITEM 7 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 565/2023, de autoria do Deputado Bazana, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto União e Vida, com sede no Município de Pontal do Paraná. Parecer favorável da CCJ. Como votam os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Votando. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, do Carmo, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (34 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Adão Litro, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Reichembach e Renato Freitas (20 Deputados).* Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 565/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Marcel Micheletto, registra em Ata o voto favorável da Deputada Maria Victória.)**

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 573/2023, de autoria da Deputada Flávia Francischini, que institui o Dia do Mototurismo no Paraná, a ser realizado anualmente em 23 de agosto. Parecer favorável da CCJ. Como votam os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, o voto é “*sim*”.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Quero agradecer à Deputada Flávia Francischini, que nos permitiu a coautoria desta bela iniciativa, até porque recentemente aprovamos aqui nesta Casa dois roteiros turísticos aqui do mototurismo, que é justamente da Rota da Princesa, no município de Rio Branco do Sul, e também agora na BR que liga Colombo até Adrianópolis, o Rastro da Serpente/Paraná. E, obviamente, um dia consagrado ao mototurismo cada vez mais em alta no nosso estado. Parabéns à Deputada Flávia e obrigado também pela coautoria.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, ao mesmo tempo em que peço que os Deputados votem, estamos com o quórum baixo, agora está chegando... Vai ter motociata, Romanelli, dia 23?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Claro, sempre motociatas a favor da liberdade. Andar de motocicleta, Deputado Hussein, é para quem é livre, que tem boa cabeça.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Dia 23, então.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputados que faltam ainda votar: Ana Júlia, Anibelli, Artagão, Tito, Denian, Fabio Oliveira, Mabel, Marcio, Soldado Adriano. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Do Carmo, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (34 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Adão Litro, Artagão Junior, Batatinha, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Gugu Bueno, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Professor Lemos,*

Reichembach e Renato Freitas (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 573/2023.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1892/2023, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de louvor à digna equipe do posto da Polícia Rodoviária Federal da Unidade Operacional de Ibiporã, na rodovia BR-369, pela brilhante atuação realizando um parto emergencial na madrugada do dia 13 de agosto de 2023, socorrendo a mãe e possibilitando o nascimento com vida e saúde de seu filho; **Requerimento n.º 1894/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando menção honrosa à renomada empreendedora paranaense, Sr.^a Danielle Ramos Ribeiro da Silva, pelos brilhantes trabalhos realizados como profissional da área de beleza e estética, promovendo a elevação do bem - estar de inúmeras pessoas; **Requerimento n.º 1895/2023**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Associação da Vila Militar - AVM, pela homenagem dos 60 anos; **Requerimento n.º 1896/2023**, do Deputado Márcio Pacheco, solicitando moção de louvor e aplausos ao Colégio Marista Social, pelos 25 anos de serviços prestados voltados à Educação Infantil; **Requerimentos n.ºs 1897, 1899/2023 e 1901 a 1903/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento dos Sr.^s: Reinaldo Busatto; Vagner Fernandes da Silva; Tiago Felipe Venith; Resi Rejane Huenermann; e Dr. Octávio Augusto da Silveira; **Requerimento n.º 1904/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa para os Soldados Eli Anderson Rosa Mendes e Jorge Lourival Lader, do 12.º BPM; **Requerimentos n.ºs 1909 e 1918 a 1943/2023**, do Deputado Bazana, solicitando o registro de menção honrosa para os Sr.^s:

Francisco Paiva Neto, conhecido popularmente como Chicão, que participou de várias instituições voluntariamente, como tesoureiro do Asilo, Presidente da Apae, Presidente Regional das Apae's do Paraná; Alexandre Augusto Botareli Cesar; Álvaro Miguel Demeterco; Ana Carolina de Carvalho; Clecy Aparecida Grigoli Zardo; Inez Cristina Devides Nabarro; Ildeman Alves Pereira; João Afonso Germano Filho; José Turozi; José Américo Penteado de Carvalho; Irajá de Brito Vaz; Liana Terezinha Steffen; Izabel Ortega; Maíra de Oliveira; Nilda Mott Loiola Gonçalves; Maria Hilda Lessing Ogliari, *in memorian*; Neiva Luzia Puzzi Moser, *in memorian*; Neuza Soares de Sá; Renato Antunes de Oliveira; Tecla Hykavel; Roni Miranda; Rosana Beraldi Bevervanço; Rui Fernando Pilotto; Senador Flávio Arns; Suely Kintop Chechelski; Odenise Teresinha Arns; Loide Rodrigues Ribeiro, *in memorian*; **Requerimento n.º 1910/2023**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, Sr. Sandro Alex, requerendo esclarecimentos sobre o Contorno de Arapongas; **Requerimento n.º 1911/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo um Projeto de Lei que regulamente a função de Coordenadores das Unidades de Regulação de Leitos no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 1913/2023**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, Sr. Valdemar Bernardo Jorge, no sentido de alinhar convênios, no âmbito dos acordos setoriais e/ou termos de compromisso de logística reversa de resíduos sólidos, visando à troca dos atuais carrinhos dos catadores de materiais recicláveis por veículos híbridos (tração humana e elétrica) padronizados no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 1916/2023**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado de Saúde, encaminhando denúncia acerca do descumprimento da Lei n.º 19.701, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica e sobre os direitos da gestante e parturiente por parte do Hospital Nossa Senhora das Graças, localizado em Curitiba; **Requerimento n.º 1917/2023**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente ao

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar, requerendo informações acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1900/2023, do Deputado Matheus Vermelho, requerendo a inscrição do Deputado Matheus Vermelho como membro efetivo na Frente Parlamentar de Hidrogênio Renovável; **Requerimento n.º 1908/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello e da Deputada Flávia Francischini, requerendo a inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 573/2023, de autoria da Deputada Flávia Francischini; **Requerimento n.º 1915/2023**, da Deputada Cloara Pinheiro, requerendo inclusão na Frente Parlamentar do Hidrogênio Renovável; **Requerimento n.º 1944/2023**, dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Maria Victória, Moacyr Fadel, Luciana Rafagnin, Arilson Chiorato, Batatinha, Douglas Fabrício, Flávia Francischini, Denian Couto, Luís Corti, Paulo Gomes, Márcia Huçulak, Delegado Jacovós, Ana Júlia, Goura, Tercílio Turini, Requião Filho, Fábio Oliveira, Cloara Pinheiro, Gilberto Ribeiro, Adão Litro, Marcel Micheletto, Do Carmo, Marli Paulino, Ney Leprevost, Luiz Fernando Guerra e Professor Lemos, requerendo a inclusão das Deputadas e Deputados relacionados como coautores do Projeto de Lei n.º 625/2023, de autoria da Deputada Mabel Canto.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1898/2023**, do Deputado Matheus Vermelho, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 1.º de agosto de 2023; **Requerimento n.º 1905/2023**, do Deputado Luís Corti, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 de agosto de 2023.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, II do Regimento Interno (em decorrência de viagem par acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.º 1906/2023**, do Deputado Luís Corti, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 16 e 17 de agosto de 2023; **Requerimento n.º 1914/2023**, do

Deputado Reichembach, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 15 de agosto e a antecipada do dia 16 de agosto de 2023.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1907/2023**, do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 14 a 16 de agosto de 2023; **Requerimento n.º 1912/2023**, do Deputado Douglas Fabrício, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 de agosto de 2023; **Requerimento n.º 1945/2023**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 14 e 15 de agosto de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra, antecipada de quarta-feira, dia 16, para hoje, dia 15, na sequência, com a **Ordem do Dia** que já foi anunciada e disponibilizada no site da Assembleia: 3.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 350/2019 e 278/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 489/2023, 496/2023, 565/2023 e 573/2023; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 504/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h51, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)